



## SOCIEDADE

# Indígenas mais urbanos e letrados

Pesquisa do IBGE detecta maior presença de povos originários nas cidades. Na selva de pedra, contudo, eles têm menos acesso à água e a saneamento básico do que o restante da população. Estudo também identificou melhora na alfabetização

» VITÓRIA TORRES\*

Jana Pessoa/Governo de Mato Grosso



Crianças indígenas em aula: apesar dos avanços educacionais entre 2010 e 2022, taxa de analfabetismo entre os povos originários ainda está acima da média nacional

Um estudo divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela uma evolução das condições de vida da população indígena no Brasil. Um dos principais destaques da pesquisa é a queda na taxa de analfabetismo entre os residentes de terras indígenas, que, entre 2010 e 2022, registrou uma redução de mais de 11 pontos percentuais.

No Censo 2010, a taxa de analfabetismo entre os residentes de terras indígenas era de 32,3%. No Censo 2022, esse índice caiu para 20,8%. Embora a redução seja expressiva, a situação ainda é preocupante, já que um em cada cinco indígenas com 15 anos ou mais permanece sem saber ler ou escrever. Esse percentual está muito acima da média nacional, de 7%.

A definição de analfabetismo, de acordo com o IBGE, inclui pessoas que não sabem ler e escrever um bilhete simples, seja em português, seja em línguas indígenas. Apesar de a queda da taxa de analfabetismo na população indígena ter sido mais acentuada (11,4 pontos percentuais), a disparidade com a população geral ainda é grande, com desafios no acesso à educação nas áreas indígenas.

Considerando todos os indígenas no Brasil, e não apenas aqueles que vivem em terras indígenas, a taxa de analfabetismo também apresentou uma queda. Diminuiu de 23,4%, em 2010, para 15,05%, em 2022, em uma redução de 8,35 pontos percentuais.

### Acesso à água

Além dos avanços na educação, o Censo 2022 revelou as condições de vida dos indígenas, especialmente aqueles que vivem em áreas urbanas. De acordo com os dados do IBGE, essa parcela da população enfrenta maiores dificuldades no acesso a serviços públicos essenciais, como água e esgoto.

A pesquisa mostrou que 10,08% dos indígenas em áreas urbanas enfrentam precariedade no acesso à água, uma taxa 3,7 vezes superior à média nacional da população urbana (2,72%). Quanto ao esgotamento sanitário, a situação é ainda mais grave, com 40,76% dos indígenas urbanos vivendo em domicílios sem acesso adequado a esse serviço, o que representa o dobro da média nacional, de 16,95%.

Esses números indicam que, apesar de habitarem áreas urbanizadas, os indígenas ainda enfrentam enormes desafios para ter acesso a condições mínimas de dignidade, como água potável e saneamento básico. A falta desses serviços impacta diretamente a saúde e a qualidade de vida dessas populações.

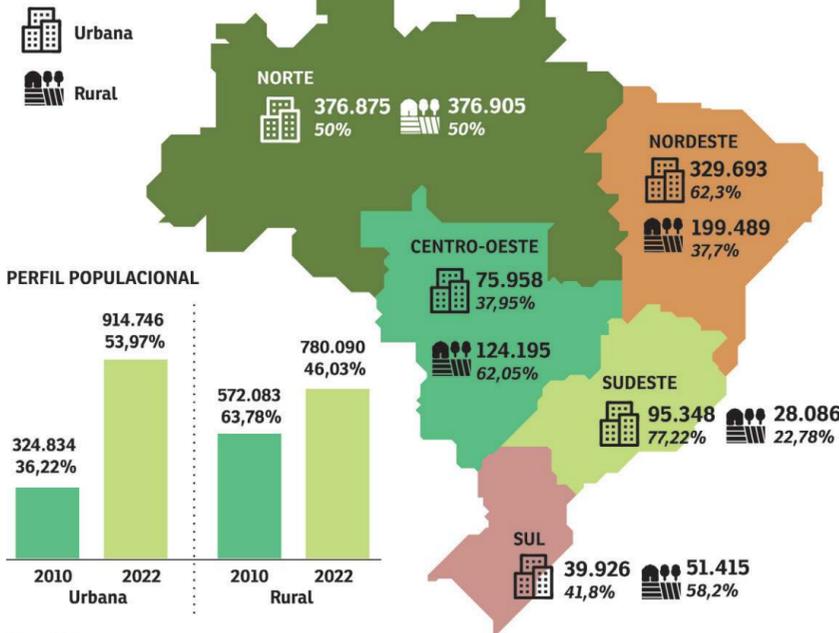
### Urbanização

Um dos pontos mais surpreendentes do levantamento foi a constatação de que, pela primeira vez, a população indígena no país é mais urbana do que rural. Em 2022, 53,97% dos indígenas no Brasil residiam em áreas urbanas, o que corresponde a aproximadamente 914,75 mil pessoas. Já 46,03%, ou 780,09 mil indígenas, viviam em áreas rurais. Esse movimento de urbanização é um reflexo de um

## Mapa dos povos originários

O mais recente estudo do IBGE identificou um aumento da população indígena em áreas urbanas. No país, a região Norte concentra o maior número de localidades com povos originários.

### POPULAÇÃO POR REGIÕES



Fonte: IBGE

crescimento expressivo da população indígena, que aumentou 88,96% nos últimos 12 anos — saltando de 896.917 habitantes em 2010 para 1.694.836 em 2022.

Em 2010, o quadro era bem diferente, com 36,22% dos indígenas em áreas urbanas, enquanto 63,78% moravam em áreas rurais. A mudança pode ser parcialmente explicada pelo aprimoramento metodológico do Censo 2022, que resultou em um mapeamento mais detalhado, especialmente das populações indígenas em áreas urbanas. Essa melhora no levantamento explica o salto de

181,6% no número de indígenas registrados vivendo em cidades entre 2010 e 2022.

“As variações da população indígena de 2010 para 2022 não se devem exclusivamente a componentes demográficos ou a deslocamentos populacionais entre áreas urbanas e rurais, mas também aos aprimoramentos metodológicos do Censo 2022, que permitiram uma melhor captação da população indígena, inclusive em áreas urbanas”, justificou Marta Antunes, coordenadora do Censo de Povos e Comunidades. Tradicionais do IBGE, em nota oficial.

O Censo 2022 também revelou disparidades regionais quanto à distribuição da população indígena entre áreas urbanas e rurais. O Sudeste do Brasil se destaca com 77,25% de sua população indígena residindo em ambientes urbanos, seguido pelo Nordeste, com 62,3%. No Centro-Oeste, a maioria dos indígenas (62,05%) ainda vive em áreas rurais, o mesmo acontecendo no Sul, onde 58,2% dos indígenas residem no campo.

Por outro lado, no Norte, a situação é mais equilibrada, a população indígena está dividida igualmente entre áreas urbanas e rurais.

### » Mais adultos nas cidades

De acordo com o IBGE, os indígenas que residem em áreas urbanas têm uma faixa etária mais avançada, com idade mediana de 32 anos, contra 18 anos entre os indígenas rurais. Em relação à composição por gênero, a pesquisa aponta que, nas áreas rurais, a população indígena é predominantemente masculina, com uma relação de 105,71 homens para cada 100 mulheres.

## 2,4 mil localidades fora das reservas

Sobre a presença e a distribuição das comunidades indígenas em todo o Brasil, o levantamento revelou a existência de 8.568 localidades, espalhadas por todas as unidades federativas do país.

O IBGE define essas localidades como aglomerados permanentes de 15 ou mais moradores indígenas, independentemente de estarem situados em áreas rurais ou urbanas. Esses locais incluem aldeias, comunidades, sítios, acampamentos, instituições de acolhimento e outras formas de organização social, que servem como espaços de convivência e cultura para as populações indígenas.

O levantamento destaca que o Amazonas é o estado com o maior número de localidades indígenas, somando 2.571, o que corresponde a 30% do total. Existe uma grande presença das populações indígenas na região Norte do Brasil. Outros estados com números expressivos são Mato Grosso (924 localidades, 10,78%), Pará (869 localidades, 10,14%) e Maranhão (750 localidades, 8,75%).

Embora as populações indígenas estejam presentes em todas as regiões do país, a maior concentração de localidades indígenas se dá na Amazônia Legal, que abriga a maior parte das terras indígenas e onde a diversidade étnica e cultural é mais rica.

Além disso, 71,55% das localidades indígenas, ou seja, 6.130, estão em terras indígenas oficialmente declaradas, homologadas, regularizadas ou encaminhadas como reservas.

Entretanto, 28,44% das localidades indígenas, o que representa 2.437 lugares, encontram-se fora dessas terras oficialmente reconhecidas. Isso inclui áreas urbanas, centros urbanos e outros espaços onde as comunidades indígenas vivem, muitas vezes sem o reconhecimento formal de seus territórios.

Em relação à distribuição das localidades indígenas que não estão situadas em terras indígenas homologadas, o Amazonas novamente se destaca, com 1.077 localidades fora dessas áreas. Outros estados com números significativos são Pernambuco (237 localidades), Pará (187), Ceará (159) e Bahia (138). Esses números indicam que, especialmente em regiões mais urbanizadas e com maior diversidade cultural, muitas comunidades indígenas estão vivendo fora dos limites das terras indígenas oficialmente reconhecidas, em áreas mais suscetíveis a conflitos fundiários e à marginalização social.

\* Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza